

Mistérios da metamorfose

Rogério L. Furquim Werneck*

O livro do ex-ministro Antonio Palocci já foi objeto de muitas resenhas na mídia (*Sobre cigarras e formigas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007). A repercussão é mais do que merecida. Trata-se de leitura obrigatória para quem quer que se preocupe com a condução da política econômica no País. Em pouco mais de 250 páginas, Palocci rememora com argúcia sua exitosa experiência de mais de três anos como ministro da Fazenda, trazendo a público percepções, conflitos e episódios que ajudam a entender com mais clareza as circunstâncias e o complexo jogo de forças que pautaram a política econômica do primeiro governo do presidente Lula. Ficarão decepcionados, contudo, o leitor que recorrer ao livro para elucidar detalhes da vertiginosa metamorfose por que passou o discurso econômico do PT entre o final de 2000 e meados de 2002.

Não é bem o caso de se criticar o autor pela lacuna. Palocci preferiu focar a atenção no período posterior à eleição de 2002. Dedicou poucas páginas ao que ocorreu durante a campanha eleitoral. Passa quase completamente ao largo dos conflitos internos que cercaram a rápida reorientação do partido nos meses que precederam à eleição. E trata de ser tão conciso quanto possível, sempre que menções a esses conflitos se tornam inevitáveis. No relato das difíceis negociações que levaram à decisão de publicar a *Carta ao Povo Brasileiro*, em junho de 2002, as únicas resistências relevantes na cúpula do partido a que o autor alude são as do próprio Lula. Até mesmo a decisão de convidar Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central, já no início de dezembro de 2002, é mencionada no livro de forma desconcertantemente lacônica.

Não terão faltado a Palocci boas razões para evitar análise mais detida das dificuldades envolvidas na penosa reorientação por que passou o PT ao longo de 2002. É perfeitamente possível que tenha concluído que ainda não há distanciamento histórico suficiente para desenterrar essa experiência tão traumática vivida pelo partido há não mais de cinco anos. Para o País, contudo, se torna a cada dia mais importante entender com mais clareza a extraordinária mudança ocorrida no discurso econômico do PT naquele período. E não por mera preocupação com acuidade do registro histórico. Ao longo dos últimos 12 meses, desde que Palocci deixou o governo, se vêm acumulando evidências de que a tão decantada metamorfose do partido talvez esteja em preocupante processo de reversão.

É preciso não perder de vista as reais proporções da rápida mudança por que passou o PT entre o final de 2000 e meados de 2002. Não se pode esquecer que em outubro e novembro de 2000 o partido disputou as eleições municipais com um discurso

econômico completamente despropositado. País afora, fez do plebiscito da dívida, o carro-chefe de sua campanha. Patrocinou consulta popular de âmbito nacional que indagava à população se o setor público deveria realmente pagar as suas dívidas interna e externa. Não se tratava de desatino que pudesse ser facilmente lançado à conta de alas mais radicais do partido. O plebiscito contou com apoio explícito e entusiástico da cúpula do PT. E, na época, cada um dos economistas mais destacados do partido deu-se ao trabalho de publicar artigo na mídia dando respaldo pessoal à iniciativa do plebiscito. Mesmo em 2001, ainda não havia sinais claros de que a mudança estava por vir. Em meados daquele ano, Guido Mantega ainda se sentia completamente à vontade para acusar o governo de ter posto em primeiro plano a garantia do pagamento aos credores. E para denunciar que a meta de superávit primário de 3% do PIB era “exagerada e suicida”.

Tudo indica que as mudanças que acabaram dando lugar à *Carta ao Povo Brasileiro* se deram de forma extremamente brusca, ao longo do segundo trimestre de 2002. Como isso de fato ocorreu e foi negociado na cúpula do partido é algo que ainda está longe de ser devidamente entendido. Permanece encerrando mistérios que o livro de Palocci pouco ajuda a desvendar. E, no entanto, uma compreensão mais clara desse processo parece a cada dia mais crucial, para uma avaliação adequada dos limites e possibilidades da nova correção de rumo – agora, no sentido oposto – que já há vários meses vem sendo observada no discurso econômico do governo.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.